

Informação

Projetos de Resolução n.ºs

1075/XIV/2.^a (PCP) e 1087/XIV/2.^a

(BE)

Discussão ocorrida nos
termos do artigo 128.º
n.º 1 do RAR, em
reunião da Comissão de
16/03/2021

1. Dez Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português e Dezanove Deputados do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda tomaram a iniciativa de apresentar, respetivamente, os **Projetos de Resolução (PJR) n.ºs 1075/XIV/2.º (PCP) e 1087/XIV/2.º (BE)**, ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 156.º (Poderes dos Deputados) da Constituição da República Portuguesa e da alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º (Poderes dos Deputados) do Regimento da Assembleia da República (RAR).
2. O **Projeto de Resolução n.º 1075/XIV/2.º (PCP)**, deu entrada na Assembleia da República a 11 de março de 2021, tendo o mesmo sido admitido no mesmo dia, data em que baixou à Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação.
3. Por sua vez, o **Projeto de Resolução n.º 1087/XIV/2.º (BE)**, deu entrada na Assembleia da República a 11 de março de 2021, tendo o mesmo sido admitido a 12 de fevereiro de 2021, data em que baixou à Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação.
4. Os dois Projetos de Resolução *supra* mencionados foram objeto de discussão na Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas, em reunião de 16 de março de 2021, tendo sido objeto de gravação áudio, a qual estará disponível nas páginas das iniciativas na Internet.
5. A discussão dos **Projetos de Resolução (PJR) n.ºs 1075/XIV/2.º (PCP) e 1087/XIV/2.º (BE)** ocorreu nos seguintes termos:

O Sr. Vice-Presidente começou por dar a palavra ao Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) que destacou a urgência na realização do debate e referiu que a situação vivida no seio da empresa SPdH – Groundforce é de uma gravidade extrema, por constituir um ataque aos direitos dos trabalhadores através do não pagamento dos salários em atraso e por constante pressão e chantagem sobre os funcionários. Observou que a empresa presta um conjunto de serviços vitais no setor de aviação, não apenas para a

Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

TAP, mas também para diversas companhias internacionais de bandeira. Afirmou que GP PCP considera que a empresa não pode ser negligenciada ou dispensável no contexto da aviação civil. Em suma, defendeu que nem o país nem o Governo devem deixar cair a SPdH – Groundforce. Considerou que no momento constata-se um conjunto de entraves, tanto da parte da direção da empresa como do Governo, que têm inviabilizado o futuro da empresa. Mencionou que o Governo pronunciou-se argumentando que os trabalhadores não podem estar à espera de que o principal acionista, Senhor Alfredo Casimiro, viabilize uma solução, replicando o Senhor Deputado que, igualmente, os trabalhadores não podem estar à espera de uma intervenção por parte do Governo. Referiu que não deixando de responsabilizar a gestão privada, mas, desde logo, defendendo e propondo que o Governo assuma a sua responsabilidade, uma primeira medida a tomar será o pagamento regular e atempado dos salários dos trabalhadores. Por fim, afirmou a necessidade de garantir a estabilidade e continuidade de uma empresa indispensável no contexto da aviação civil nacional.

De seguida, foi dada a palavra à Senhora Deputada Isabel Pires (BE) que, no uso da mesma afirmou existirem duas questões relevantes e indispensáveis à compreensão da situação da Groundforce e do *handling*, em primeiro explicou a recente história da empresa, nomeadamente a evolução societária, que culminou com a TAP a deter 49,99% do capital social e a empresa Urbanos, como acionista maioritário, a deter 50,01%, e em segundo a TAP corresponder a um dos principais clientes da Groundforce. Observou que os últimos sete anos a sociedade tem apresentado contas saudáveis, além de obter lucros tem distribuído dividendos, assim mencionou não ser verosímil considerar a empresa insustentável. Igualmente, considerou que a situação vivida no seio da empresa é decorrente da pandemia Covid-19 e das inerentes implicações no setor da aviação. A par do exposto, mencionou a guerra aberta entre os dois acionistas, privado e público, que tem colocado em causa a vida de 2.400 trabalhadores, designadamente pelo não pagamento de salários desde fevereiro. Explicou que a passada sexta-feira era a data limite, para o pagamento da segurança social e de impostos, para a empresa continuar a ser elegível para aceder ao *lay-off*, porém tal situação foi colocada em causa. Afirmou que os termos da negociação ocorridos entre ambos os acionistas não têm em conta os funcionários, assim como mencionou que o Governo exige uma intervenção por parte do principal acionista,

Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

Senhor Alfredo Casimiro, porém frisou que os trabalhadores também não podem estar à espera de uma atuação do Governo. Referiu que a situação social registada na empresa não tem justificação, mas tem solução, nomeadamente através do resgate para controlo público das ações detidas por privados, nacionalizando a SPdH – Groundforce. Aliás, salientou que a solução defendida pelo GP BE já tinha sido apresentada para esta empresa no âmbito da anterior discussão referente à tomada do controlo público da TAP. Defendeu, no imediato, o pagamento de salários e garantia da sustentabilidade da empresa, bem como a manutenção dos postos de trabalho. Considerou a SPdH – Groundforce viável e essencial na retoma do setor de aviação, nesse sentido observou a necessidade de intervenção do Governo.

Solicitada a palavra pelo Senhor Deputado Cristóvão Norte (PSD) para afirmar que este processo se tem arrastado, penosamente, nos últimos dez meses, aliás, foi público que se encontra pendente uma solicitação de garantia de Estado, no Ministério das Finanças, para viabilizar um empréstimo para a sociedade, porém o Governo tem postergando a decisão. Referiu que o comportamento do Governo tem contribuindo para a atual situação, mencionando que se tivesse cumprido com as suas obrigações, se fosse mais lesto no processo decisório e não se perdesse em teias burocráticas e administrativas, no seu entender a situação seria substancialmente diferente e certamente não ocorreriam salários em atraso e nem a incerteza da manutenção dos postos de trabalho. Considerou a empresa vital para o bom funcionamento do mercado e para a recuperação do setor após a pandemia. Afirmou categoricamente que o Governo fez tudo ao contrário para garantir a viabilidade da empresa. Observou que de ambos os acionistas têm ocorrido violações graves que atentam contra a boa fé negocial. Mencionou que pela forma opaca com o Ministro das Infraestruturas e Habitação gere as situações têm ocorrido conflitos de personalidade que prejudicam o interesse público. Deu nota que Portugal tem de estar capacitado para receber o aumento do fluxo de turistas que vão visitar o país nos próximos dois meses, sendo uma prerrogativa do Governo garantir essas condições. Considerou necessário compreender através do Ministro da tutela, de forma categórica, qual a política a implementar para resolver este problema. Afirmou que o Governo não trata das matérias em tempo oportuno, não procurando encontrar soluções tendo em vista o bem maior, falhando no tempo e no modo de intervenção. Por fim, considerou vital

Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

criar um claro quadro de intervenção na empresa tendo em conta a proteção dos trabalhadores, assim como defendeu a viabilização da empresa.

De seguida, foi dada a palavra ao Senhor Deputado Hugo Oliveira (PS) que, no uso da mesma afirmou existir um esforço do Governo, nomeadamente através do Ministro das Infraestruturas e da Habitação, para resolver o problema dos trabalhadores e da SPdH – Groundforce. Deu conta que o processo em curso é público, bem como abordou a proposta apresentada pelo Governo, no passado fim de semana, tendo em conta a resolução do problema que, aliás, considerou ir ao encontro de algumas alternativas apresentadas pelos GP neste debate para a resolução do problema. Discordou do argumento exposto pelo GP PSD ao mencionar que o Ministro das Infraestruturas e da Habitação leva cabo negociações opacas, nesse sentido, contrapôs, defendeu que o Estado deve exigir garantias ao acionista a bem do interesse público. Reafirmou que o Governo tem exercido todos os esforços para garantir a sustentabilidade da empresa e defender os trabalhadores.

Igualmente, o Senhor Deputado João Gonçalves Pereira (CDS-PP) considerou essencial que o Ministro das Infraestruturas e da Habitação se dirija ao Parlamento para prestar explicações sobre a situação da SPdH – Groundforce, na ausência de iniciativa por parte do Ministro o GP CDS-PP viu-se impelido a apresentar um requerimento a exigir a presença do Governo na Comissão com o intuito de obter esclarecimentos. O Sr. Deputado manifestou a importância da empresa no contexto da aviação civil e, similarmente, abordou o impacto da pandemia no setor. Elogiou a positiva gestão privada da empresa, visível através dos estáveis resultados líquidos positivos. Considerou anedótica a proposta de aumento de capital social sugerida pelo Ministro da tutela, explicando que só há aumento de capital social se o acionista maioritário o permitir. Evidenciou a consistência de um padrão de atuação e gestão deste tipo de processos por parte do Ministro das Infraestruturas e da Habitação, usualmente são públicos, polémicos e revestidos de complexos ideológicos. Saliou ter as maiores dúvidas que a mencionada forma de atuar defenda o interesse público e os trabalhadores. Destacou a necessidade de respeitar os 2.400 trabalhadores da SPdH – Groundforce. Afirmou não compreender a possibilidade de injetar fundos na TAP na ordem dos 1.700 milhões, porém não é concedido o acesso a verbas à SPdH – Groundforce, apesar da TAP ser acionista. Considerou que é da maior

Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

irresponsabilidade, por parte do Governo, arrastar um processo que dura há 8 meses, e que a TAP tem socorrido a SPdH – Groundforce através do pagamento adiantado de faturas com o intuito de fazer injeções de tesouraria para pagamento de salários. Afirmou que a TAP está a declinar responsabilidades perante os 2.400 trabalhadores da sociedade participada SPdH – Groundforce. Deu conta que ocorreu uma gestão privada que deu bom resultados, ao contrário da gestão pública, e que a solução não passa pela nacionalização.

Seguidamente, a Senhora Deputada Isabel Pires (BE) pediu a palavra para uma intervenção final, fazendo ponto de nota sobre a discussão, afirmando a consensual preocupação com os trabalhadores, porém salientou ocorrer uma estrutural divergência nas soluções a aplicar na resolução do problema. Observou ser notória a dificuldade, ou falta de vontade, por parte de ambos os acionistas em resolver o problema. Considerou que o Estado deve ter uma visão mais abrangente, dado que a TAP é acionista, mas também um dos principais clientes, o que só nota a relação umbilical existente entre ambas as empresas que podia ter sido evitada desde o início no seu entender. Assim, explicou que através da análise feita pelo GP BE, tendo em conta a relação existente entre ambas as empresas, defendeu a nacionalização como umas das soluções e exigiu o pagamento dos salários aos trabalhadores.

Por fim, o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) no uso da palavra para uma intervenção final, salientou que SPdH – Groundforce desempenha um papel vital na aviação civil nacional, deu como exemplo o contributo na distribuição das vacinas no combate ao Covid-19 para as regiões autónomas. Afirmou que os trabalhadores estão a ser usados com arma de arremesso negocial, porém os salários dos trabalhadores continuam a não ser pagos. Destacou que o Governo não tem de esperar por debates em Parlamento, nem por votações em Plenário, pelo contrário tem de agir rapidamente intervindo na SPdH – Groundforce. Reiterou que o Governo ao exigir uma intervenção por parte do principal acionista, Senhor Alfredo Casimiro, também não pode aguardar para atuar. Exigiu medidas concretas e imediatas, salientou, no seu entender, que se a TAP tivesse ficado nas mãos de privados, certamente já teria desaparecido, nesse sentido defendeu uma intervenção por parte do Governo na SPdH – Groundforce.

Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação


Culminando, expôs que cada dia que passa por ausência de intervenção é um dia perdido para os trabalhadores e para a empresa.

Pelo Senhor Vice-Presidente foi dado como encerrada a discussão dos projetos de resolução ora em apreço.

6. Realizada a sua discussão, remete-se esta Informação a Sua Excelência, o Presidente da Assembleia da República, nos termos e para os efeitos do n.º 1 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República.

Assembleia da República, em 17 de março de 2021

O VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO



(PEDRO COIMBRA)

